

Terrorismo e movimentos sociais na América Latina: Sendero Luminoso e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

Gilvaci Rodrigues Azevedo¹

Resumo

O artigo defende que a luta camponesa tem sido influenciada por idéias terroristas, e, por esta razão, encaminha três enfoques acerca do terrorismo: o político, o revolucionário e o internacional; analisa os diferentes papéis desempenhados por militantes da luta camponesa na América Latina, observando a trajetória de dois movimentos sociais – Sendero Luminoso, no Peru e Movimentos dos Trabalhadores sem Terra (MST) no Brasil; considera a legitimidade da luta, mas pondera sobre os perigos que esses movimentos representam para a democracia, por terem a mesma natureza – luta de classes, identificando-se com o terrorismo revolucionário; sustenta que no Peru o Sendero Luminoso tornou-se um dos mais perigosos grupos terroristas e, no Brasil, o MST tem sido mostrado pela mídia como um grupo violento que prega a revolução por meio da força; pondera sobre os perigos que esses movimentos que orientam a formação política de seus militantes pautada na libertação do proletariado por meio de ideologias revolucionárias representam, sustentados em lideranças políticas, deixando de ser importante o foco econômico.

Palavras-chave: Terrorismo. Luta camponesa. Movimentos dos Trabalhadores sem Terra (MST). Sendero Luminoso.

1 Introdução

O século XX será lembrado muito mais pela sucessão de guerras e genocídio que por qualquer outra coisa. Infelizmente, o novo milênio não pôs fim a essa horrorosa tradição. O primeiro ano do século XXI produziu imagens que provavelmente marcarão a década, se não a geração, que se inicia: aeronaves comerciais

¹ Mestranda em Ciência Política – UNIEURO; professora de Ética, Cidadania e Realidade Brasileira no UniCEUB, professora de filosofia da SE/DF.

seqüestradas por agentes do extremismo colidindo contra edifícios desprotegidos e repletos de gente, provocando o colapso dessas estruturas e a morte de milhares de pessoas.

O sensacionalismo da mídia e dos apresentadores de televisão – um aspecto constante do dia-a-dia desde os ataques –, nada mais fez do que cristalizar as questões básicas, que passaram a se alojar na mente dos cidadãos de todos os países que enfrentaram a ameaça daquilo que, durante a última geração, tornou-se conhecido como “terrorismo internacional”.

Os ataques iniciais em Nova York, Washington e Pensilvânia resultaram em medidas retaliatórias e depois, inevitavelmente, em mais violência. Essas profundas e inquietantes indagações permanecem em nosso imaginário – pois são perguntas simplistas, que não desaparecem mesmo quando vemos os autores dos massacres serem presos, atacados e mortos. O que justifica tamanha barbárie, como pode a civilização humana chegar a tal ponto?

Nos últimos quarenta anos, líderes americanos e de outras partes do mundo, identificaram o terrorismo como um tipo de crime, num esforço de atrair uma indignação global contra os agentes de tais ações violentas e negar-lhe o status mais respeitoso de soldado. Mas, depois dos ataques de 11 de setembro, muitos desses líderes passaram a admitir uma “guerra” contra os terroristas, os atos que eles praticaram têm sido mais freqüentemente definidos como “criminosos” do que “beligerantes”. E, sem dúvida, antes de desenvolverem a tática de transformar aviões comerciais em mísseis balísticos, o comportamento típico dos terroristas (seja assassinato, seqüestro ou atentado a bomba), geralmente não se distinguiu daquele de um criminoso comum.

Percebe-se que as causas dos terroristas costumavam atrair – e ainda atraem – indivíduos que simplesmente utilizam racionalizações filosóficas ou políticas para encobrir a cobiça e o impulso sanguinário. Ultimamente, as organizações terroristas, com sua lavagem de dinheiro, comércio de drogas e especialistas em falsificação, apresentam mais do que uma semelhança meramente superficial com as famílias do crime organizado.

Sempre houve, porém, um problema fundamental na insistência de que os terroristas sejam essencialmente criminosos: tal categorização geralmente limita a

medidas reativas e defensivas a amplitude de respostas que o governo americano e de outros países podem justificadamente utilizar.

O que sabemos é que apesar dos esforços desempenhados pelos países, os perigos do terrorismo continuam crescendo. As principais ameaças terroristas – biológicas, químicas e até mesmo a guerra nuclear, atentados a bomba e ataques suicidas, e ainda mais seqüestros de aviões, além de complexos programas de patrocínio estatal necessários para efetivar tais ações – continuam intocadas em suas raízes internacionais, qualquer que tenha sido nosso sucesso contra grupos específicos ou indivíduos.

O fato é que durante anos ignoramos esses perigos ou, pior, tentamos reagir voltando-nos para as motivações, os objetivos e o comportamento dos agentes.

Hoje, porém, dar uma resposta ao terrorismo não é uma questão de estudos sociológicos ou negociação: os terroristas não mais apontam armas para nossas cabeças, fazendo exigências – estão puxando o gatilho sem discussão ou aviso.

Mas, onde estão os terroristas? Como estão agindo? Como se organizam?

2 Caracterizando o terrorismo

São muitos os autores que colocam a dificuldade em definir o terrorismo, afirmando que o conflito permeia a área jurídica internacional, gerando sérias dificuldades em encontrar uma definição capaz de contemplar uma pluralidade de convenções e acordos internacionais, sem num entanto, encontrar um conceito para se definir o que caracteriza uma ação terrorista, e que possa tornar-se universal.

A falta de universalidade conceitual vem trazendo sérios problemas no campo do direito internacional, gerando conflitos entre países contrários às penalidades definidas pelos tribunais internacionais, quando levadas a julgamento as ações terroristas. Essa falta de critérios para definir se um ato é terrorista ou não, vem trazendo várias conseqüências, pois, sem critérios claros, a impunidade aos grupos terroristas torna inseguro o mundo.

Essa insegurança ameaça os cidadãos, que cobram dos Estados medidas eficientes para tornar o mundo mais pacífico, principalmente, após os atentados de

11 de setembro de 2001, quando, o conceito de terrorismo mudou radicalmente, saindo da esfera local para a internacional. O emprego do terror como meio para alcançar fins políticos não é novo, mas, como afirma Cretella (2008), começou a ser observado, com mais atenção a partir dos atentados de 11 de setembro, pois, esse episódio marcado pela violência, fomentou estudos e intensos debates sobre o terrorismo entre cientistas políticos, psicólogos, juristas e advogados, colocando em cheque a segurança nacional.

Apesar de correntemente o terrorismo ser entendido como prática política de quem recorre sistematicamente à violência contra pessoas ou coisas provocando o terror, a distinção entre esta última e o terrorismo representa o ponto de partida para a análise de um fenômeno que, ao longo dos séculos, viu constantemente aumentar seu peso político. Como terror entende-se, de fato, um tipo de regime, ou melhor, o instrumento de emergência a que um Governo recorre para manter-se no poder. Em Bobbio (2004, p. 1242), citando Maquiavel em *Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio*, vamos encontrar a seguinte afirmação: “para retomar o Estado (ou seja, para retomar o poder) era necessário periodicamente espalhar o terror e aquele medo nos homens que o tinham utilizado ao tomar o poder”, denominado de terrorismo político.

Outra definição de terrorismo é o chamado terrorismo revolucionário, tendo como base a teoria marxista. Para julgar esta prática política, Marx (apud BOBBIO, 2004, p. 1243) afirma que “para abreviar, simplificar e concentrar” a agonia da sociedade burguesa existe apenas um único meio: “terror revolucionário”.² Enquanto Marx se refere, de preferência, a uma particular estratégia ao recurso inevitável na luta violenta para a conquista do poder (posição compartilhada por Lênin), Lênin costuma separar o terrorismo, enquanto tal, da guerrilha propriamente dita. Nessa perspectiva, terrorismo é a estratégia a que recorrem grupos de intelectuais, separados das massas, nas quais, na realidade, não confiam e às quais estão organicamente ligados, de modo que a sua ação acaba por caracterizar-se no sentido de uma desconfiança em relação à insurreição, quando faltam condições necessárias para desencadeá-la. A esta luta, que é definível como individualista, Lênin contrapõe a guerrilha, que consiste em ações militares, que se caracterizam, em

² Marx, citado por Bobbio, afirma o terror revolucionário como forma de luta contra a burguesia.

primeiro lugar, pelo fato de serem realizadas por proletários e, em segundo lugar, pela capacidade de formarem os quadros e prepararem os dirigentes da autêntica insurreição.

É o aspecto indiscriminado do ato (a bomba que mata não somente o inimigo de classe, mas qualquer pessoa que, por acaso, se encontre no lugar da explosão) que representa o elemento distintivo entre o terrorismo revolucionário e aquele que se poderia definir como contra-revolucionário, ou mais claramente, fascista. Enquanto, em princípio, a idéia revolucionária aceita o atentado político, mas recusa o terrorismo, porque pode atingir além do inimigo também o aliado, o aspecto indiscriminado dos resultados da ação é o elemento determinante para fins da escolha terrorista, por parte dos grupos contra-revolucionários, que desejam criar tal situação de incerteza e de medo que chegam a produzir condições para um golpe de Estado “pacificado e libertador”. Enquanto o terrorismo revolucionário está com as massas, o terrorismo contra-revolucionário é contra as massas. O terror, por isso, não pode ser considerado uma forma de luta de classe.

Podemos, ainda, tratar do terrorismo internacional, que enfatiza num plano geral que o terrorismo é, talvez, a única arma à qual pode recorrer quem pensa em subverter a ordem internacional apoiada no chamado “equilíbrio do terror”. Num mundo em que a guerra declarada e conduzida conforme as normas do direito bélico internacional parece revelar-se impossível, a mudança da ordem internacional pode ser conseguida somente através de formas irregulares de luta.

Ao terror conservador de quem representa, de qualquer modo, a autoridade em nível internacional contrapõe o terror de quem quer subverter a esta situação. É claro que isto não se refere a Estados terroristas, mas apenas a grupos terroristas particulares que poderiam ser identificados ou não com um Estado de origem, esclarecendo que com este último significado o terrorismo coloca-se como um momento de encontro entre política interna e política internacional, ou seja, entre revolução e guerra, representando ao mesmo tempo um instrumento da primeira e uma alternativa da segunda.

O fenômeno terrorista em nível internacional passa assim a adquirir uma relevância que não tinha o terror dentro do Estado, porque, enquanto neste último caso o terror não representa senão uma das possíveis formas de luta, no terrorismo

internacional ele constitui, ao contrário, a única saída aberta para os que não se identificam com a estrutura da ordem internacional existente.

3 Causas do terror

O processo de globalização econômica, o aprofundamento dos níveis de pobreza e a introdução acelerada de novas tecnologias têm contribuído para a constituição de valores e sentimentos individualistas, intolerantes e violentos. Por outro lado, as questões científicas e tecnológicas que ocorrem de forma acelerada exigem das pessoas novas aprendizagens que ainda não se apresentavam como necessárias ou que eram pouco valorizadas até então, fatores que contribuem para o crescimento das desigualdades sociais.

Numa tentativa de compreender as causas da ação terrorista, várias proposições são levantadas como: pobreza, desemprego, desajustes familiares, restrições políticas, vida sob regime ditatorial ou de dominação, senso de glória por meio de martírio, interpretações fundamentalistas e equivocadas da religião, dentre outros.

A justificativa de grupos terroristas é de colocarem-se como transformadores das sociedades oprimidas, o que representa para o mundo uma grande ameaça. Não é possível pactuar com esse crime abominável, injustificável, que, embora reconhecendo a justiça da luta, é difícil aceitando os meios utilizados, pois bem sabemos que não chegarão a atingir seu fim, mostrando-se, tais atos, como estratégia típica de “sóciopatas perdedores, frustrados e fracassados”, conforme descreve Cretella (2008, p. 28)³, cuja “glória” seja a de ter estampada na mídia as imagens dos atos atrozos. O mesmo autor acrescenta ainda que “o que desejam os atuais terroristas é mudar os sistemas democráticos ocidentais por meio da força e da violência, sempre dirigidos indiscriminadamente contra civis inocentes”.

³ Na apresentação do seu livro – *Terrorismo Internacional: inimigo sem rosto, combatente sem pátria* – Cretella (2008, p. 28-33) define a ação terrorista como ato abominável, afirmando que é uma ideia falsa pensar que o terrorismo seja uma “estratégia de sucesso”. Para ele não há “nada mais falso”. Aparecer na mídia é mero reflexo da brutalidade de suas ações, jamais seu objetivo primordial, e não constitui, por certo, a medida do “sucesso” que almejam. E mudar o sistema por meios de atos terroristas – prova-o a História – jamais foi conseguido, em época alguma. Que “sucesso” é essa coleção de fracassos?

4 Terrorismo na América Latina: luta do socialismo contra a barbárie capitalista

A conjuntura política na qual surgiu o Sendero Luminoso no Peru e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra no Brasil nos parece apresentar algumas semelhanças, uma vez que esses movimentos não surgiram do nada. Eles aparecem em condições muito concretas: o atraso econômico, o desprezo social e o racismo encoberto são constantes. Desenvolveram-se pela existência de zonas paupérrimas do campo e da cidade que produziram centenas de milhares de milhões que, literalmente, nada têm a perder. Nesse sentido, o Sendero Luminoso e o MST poderiam ser simplesmente parte da vanguarda de um novo fenômeno social, de um novo tipo de movimento revolucionário que poderia surgir em qualquer lugar do mundo com as condições onde as necessidades básicas da grande maioria da população não foram satisfeitas devido ao egoísmo, à cegueira e à ignorância da burguesia no poder, que impede sistematicamente a realização de reformas essenciais. Em qualquer lugar onde esta situação persista por muito tempo aparecerá, quem organize esta população – como foi organizado o Sendero Luminoso no Peru e no Brasil o MST.

Para falar sobre a trajetória do MST é preciso retomar a história da concentração fundiária que marca o Brasil desde 1500. Por conta disso, aconteceram diversas formas de resistência como os Quilombos, Canudos, as Ligas Camponesas, as lutas de Trombas e Formoso, a Guerrilha do Araguaia, entre muitas outras lutas que marcaram a história dos trabalhadores rurais.

Em 1961, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, João Goulart - o Jango - assume o cargo com a proposta de mobilizar as massas trabalhadoras em torno das reformas de base, que alterariam as relações econômicas e sociais no país. Vive-se, então, um clima de efervescência, principalmente, sobre a Reforma Agrária, enchendo de esperança uma classe acostumada com os desmandos e com a falta de políticas que pudessem resolver a questão.

Com o golpe militar de 1964, as lutas populares sofrem violenta repressão. Nesse mesmo ano, o presidente-marechal Castelo Branco decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil: o Estatuto da Terra. Elaborado com uma visão progressista com a proposta de mexer na estrutura fundiária do país, ele jamais foi implantado e se configurou como um instrumento estratégico para controlar

as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. As poucas desapropriações serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização, principalmente na região amazônica. De 1965 a 1981, foram realizadas 8 (oito) desapropriações em média, por ano, apesar de terem ocorrido pelo menos 70 conflitos por terra anualmente, o que nos permite retornar a questão – a falta de políticas fundiárias.

No Peru, em 1980 e 1982, o cenário político caracterizou-se principalmente por três fatos: a volta do governo constitucional civil com a aliança da Ação Popular encerrou um curto período eleitoral iniciado em 1978 com as eleições para a Assembléia Constituinte, Partido Popular Cristão depois de 12 anos de ditadura militar, a presença significativa do movimento operário-popular, continua adquirindo importância, após o fluxo evidente ocorrido depois da greve nacional de julho de 1977, e o início da luta armada do Sendero Luminoso⁴, cumprindo uma fase de preparação que provavelmente durou três anos, e inicialmente organizada de forma a confundir as forças de repressão, como afirma Montoya (1988, p. 23):

É importante notar que o Sendero Luminoso adota uma política de não informação imediata sobre suas ações. Torna-se difícil saber que ações foram realizadas ou não pelo Sendero. Sua confrontação radical com o sistema total do Peru atual e seu desdém por uma política de aliança com outros setores da esquerda poderiam explicar, talvez, essa política de silêncio. Somando-se ao silêncio do Sendero as versões oficiais e o controle interessado da informação, a confusão, e quase a obscuridade, tornam-se inevitáveis.

Nota-se que o Sendero aparece como uma organização verticalizada. Os elementos democráticos não são visíveis. Os *senderistas* querem ter seus próprios camponeses e consideram como inimigos os camponeses que fazem outras opções, mesmo dentro da esquerda. Infelizmente nada sabemos sobre o *Sendero Luminoso*.

O que se percebe é que a ausência de um projeto elaborado não significa que não se sabia o que se deseja. Na prática concreta estão contidos os elementos

⁴ O Sendero Luminoso é pouco conhecido no Brasil. Grande parte desta literatura concentra-se em inglês. Na biblioteca do Congresso dos Estados Unidos encontram-se milhares de artigos (principalmente jornalísticos) sobre o Sendero Luminoso, e poucos livros sobre o tema. No Brasil são raros os trabalhos sobre o tema, o que dificulta o aprofundamento no estudo dessa organização.

básicos do que seria a sociedade, depois de uma possível vitória. Quanto a esse ponto pragmático essencial não só do ponto de vista de um movimento revolucionário como também antes, entendemos que o simples pragmatismo é insuficiente e o simples fato de se pegar um fuzil para lutar por outra sociedade não é garantia de se obter uma sociedade mais justa.

A luta anticapitalista primitiva do Sendero, as execuções de camponeses, seus métodos compulsórios e ditatoriais são fatos que, desde agora, anunciam a falta de democracia. Ainda citando Montoya (1988, p. 24), conclui esse autor que a “luta socialista no Peru passa pelo enfrentamento com o capitalismo e com o totalitarismo, ao mesmo tempo, no mesmo combate”.

No Brasil, nos anos da ditadura, apesar das organizações que representavam as trabalhadoras e trabalhadores rurais ser perseguida, a luta pela terra continuou crescendo. Foi quando começaram a ser organizadas as primeiras ocupações de terra, não como um movimento organizado, mas sob influência principal da ala progressista da Igreja Católica, que resistia à ditadura. Foi esse o contexto que levou ao surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, movimento que fez retornar a ideia de organização do movimento, para dar continuidade à luta pela reforma agrária.

Nesse período, o Brasil vivia uma conjuntura de lutas extremas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Fruto desse contexto, em janeiro de 1984, ocorre o primeiro encontro do MST em Cascavel, no Paraná, onde se reafirmou a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais. A partir daí, começou-se a pensar um movimento com preocupação orgânica, com objetivos e linha política definidos, com a intenção clara de organizar a luta pela reforma agrária.

Em 1985, em meio ao clima da campanha “Diretas Já”, o MST realizou seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba, no Paraná, cuja palavra de ordem era: “Ocupação é a única solução”. Neste mesmo ano, o governo de José Sarney aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha por objetivo dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a Reforma Agrária até o fim do mandato do presidente, assentando 1,4 milhão de famílias. Mais uma vez a proposta de Reforma Agrária ficou apenas no papel. O governo Sarney, modificado com os interesses

do latifúndio, ao final de um mandato de 5 (cinco) anos, assentou menos de 90 mil famílias sem-terra. Ou seja, apenas 6% das metas estabelecidas no PNRA foi cumprida por aquele governo.

No Peru, a partir dos processos eleitorais de 1978 e 1980, surgiu uma novidade muito importante: ao contrário dos processos anteriores a esquerda emergiu como uma força nova. Em nenhum outro país da América Latina, e talvez de todo mundo, a esquerda maoísta⁵ tem um papel eleitoral comparável ao que desempenha no Peru. Suas forças, junto às do Partido Comunista Pró-Soviético (PC), às do grupo trotskistas e social-democratas constituem um terço do eleitorado.

Após o rompimento da Aliança Revolucionária de Esquerda Amayo (1988) e Montoya (1988)⁶ que unia as forças da democracia popular e do socialismo autônomo e trotskista, as correntes de tendência pró-soviética, pró-chinesa e social-democrata formaram, através de partidos ou de frentes de partidos, a Esquerda Unida para concorrer às eleições municipais de novembro de 1980. Diante de uma crise gravíssima da sociedade peruana, gerada muito antes e acelerada na década de 70, surgiram no interior da esquerda duas correntes principais. Uma delas, que corresponde à Esquerda Unida (*Isquierda Unida - IU*), acredita numa solução democrática, possível por meio da defesa da democracia atual e da acumulação de forças para que um governo popular possa realizar uma transição ao socialismo. A outra, ado-

⁵ Maoísta – (maoísmo), mais que uma formulação ideológica própria, foi uma linha estratégica que, em certo momento, basicamente nos anos 60, foi entendida e de alguma maneira elaborada como uma concepção alternativa da totalidade do movimento operário ocidental e do movimento comunista internacional ligado ao partido comunista soviético. A esta linha global, muitos dos que a tomaram como própria, lhe acrescentaram depois elementos derivados de complexos processos, até mesmo existenciais, perfeitamente alheios não só às formulações ideológicas, mas também às experiências históricas concretas e às exigências políticas contingentes de Mao e dos comunistas chineses. Em certa medida, este processo de transformação do maoísmo num conjunto de fenômenos, em geral, fundamentalmente impugnatórios da ordem social e cultural existente, ocorreu também na China, atuando em sentido oposto às necessidades de onde Mao partia. (BO-BBIO, 2004, p. 734).

⁶ Montoya (1988) afirma que essa proporção é suficiente para mostrar a importância que uma grande parte da esquerda peruana atribui à disputa eleitoral. A opção de “defender a democracia” como um novo terreno de ação política legal é um compromisso assumido por numerosos partidos e frentes eleitorais, como o Partido Comunista (PC), a Unidade Democrático-popular (UDP), a Unidade Nacional de Esquerda Revolucionária (UNIR), a frente Operária, Camponesa, Estudantil e Popular (FOCEP) e o Partido Socialista Revolucionário (PSR).

tada pelo Sendero Luminoso, descarta toda esperança na via democrática, fazendo a crítica mais radical possível das diversas alternativas políticas e assume a luta militar como única via para que um governo democrático e popular dirija uma “revolução antifeudal e antiimperialista” no Peru.

O surgimento da luta militar dirigida pelo Sendero Luminoso cria forte repúdio moral das forças da direita por parte de muitos setores da Esquerda Unida. Entre 1981 e 1982 o problema era colocado em termos de condenar ou não o Sendero Luminoso pela violência das suas ações.

No Brasil, na articulação para a Assembléia Constituinte os ruralistas se organizam na criação da União Democrática Ruralista (UDR) e atuam em três frentes: o braço armado – incentivando a violência no campo –, a bancada ruralista no parlamento e a mídia como aliada. Os ruralistas conseguiram impor emendas na Constituição de 1988 ainda mais conservadoras que o Estatuto da Terra. Porém, nessa Constituição os movimentos sociais tiveram uma importante conquista no que se refere ao direito à terra: os artigos 184 e 186. Eles fazem referência à função social da terra e determinam que, quando ela for violada, a terra seja desapropriada para fins de Reforma Agrária. Esse foi também um período em que o MST reafirmou sua autonomia, definiu seus símbolos, bandeira e hino. Assim, estruturaram os diversos setores dentro do Movimento.

A eleição de Fernando Collor de Melo para a presidência da República em 1989 representou um retrocesso na luta pela terra, já que ele era declaradamente contra a Reforma Agrária e tinha ruralistas como seus aliados de governo. Foram tempos de repressão contra os Sem Terra, despejos violentos, assassinatos e prisões arbitrárias. Em 1990, ocorreu o II Congresso do MST, em Brasília, que continuou debatendo a organização interna, as ocupações e, principalmente, a expansão do Movimento em nível nacional. A palavra de ordem era: “Ocupar, resistir, produzir”.

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso vence as eleições com um projeto de governo neoliberal, principalmente para o campo. É o momento em que se prioriza novamente a agro-exportação, ou seja, em vez de incentivar a produção de alimentos, a política agrícola está voltada para atender os interesses do mercado internacional e para gerar os dólares necessários para pagar os juros da dívida externa.

No ano seguinte, o MST realizou seu III Congresso Nacional, em Brasília. Cresce a consciência de que a Reforma Agrária é uma luta fundamental no campo,

mas que se não for disputada na cidade nunca terá uma vitória efetiva. Por isso, a palavra de ordem foi “Reforma Agrária, uma luta de todos”.

Já em 1997, o Movimento organizou a histórica “Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária” com destino a Brasília, com data de chegada em 17 abril, um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás, quando 21 trabalhadores sem terra foram brutalmente assassinados pela polícia no Pará. Assim, a violência praticada pela polícia contribuiu para o fortalecimento do MST, que toma força junto a forças políticas de esquerda. Em agosto de 2000, o MST realiza seu IV Congresso Nacional, em Brasília, cuja palavra de ordem foi “Por um Brasil sem latifúndio” e que orienta as ações do movimento até hoje.

O Sendero Luminoso é considerado o movimento político mais radical da história peruana. Podemos mencionar algumas de suas particularidades como: sua independência com relação a qualquer centro de direção internacional da esquerda. Seus militantes declaram-se maoístas, mas condenam, sem nenhuma ambigüidade, a direção atual do partido comunista chinês; adotam um marxismo-leninismo ortodoxo – se Marx, Engels, Lenine ou Mao representaram três grandes etapas, dentro da história da revolução socialista, com o Sendero Luminoso abrir-se-ia uma quarta etapa – sendo “Gonzalo” – Abimael Guzmán – seu representante; o distanciamento entre o discurso marxista-leninista-maoísta ortodoxo e a prática real do Sendero Luminoso.

Já o MST é um movimento social brasileiro de inspiração marxista cujo objetivo é a implantação da reforma agrária no Brasil. Há quem afirme que o MST também deseja realizar uma revolução socialista. Teve origem na aglutinação de movimentos que faziam oposição ou estavam desgostosos com o modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, principalmente, na década de 70, que prioriza a colonização de terras devolutas em regiões remotas, com o objetivo de exportação de excedentes populacionais e integração estratégica.

Apesar dos movimentos organizados de massa pela reforma agrária no Brasil remontarem apenas às ligas camponesas, associações de agricultores que existiam durante as décadas de 1950 e 1960, o MST proclama-se como herdeiro ideológico de todos os movimentos de base social camponesa.

Hoje, completando 22 anos de existência, o MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. Nos 23 estados em que o Movimento atua, existe a luta não só pela Reforma Agrária, mas pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana.

O MST integra uma rede mundial de organizações camponesas coordenada pela “Via Campesina”, com atuação em todos os continentes, bem como uma rede latino-americana denominada de “Coordenadora Latino-Americana de Organizações Camponesas (CLOC)”.

No início de maio de 2000 o MST concretizou uma de suas ações mais espetaculares desde que foi criado. Cerca de cinco mil militantes ocuparam prédios públicos em 14 capitais. Outros 25 mil realizaram invasões pelo interior e passeatas. Em três localidades foram atacadas sedes regionais do INCRA. Em outras onze, o MST invadiu o Ministério da Fazenda e a palavra de ordem era: “Agora vamos pegar o Malan”. “A vontade de nosso povo é pegar a foice e descer o cacete”, disse Gilmar Mauro, um dos dirigentes do movimento (Veja, 10 de maio de 2000).

O MST aparece nas manchetes de jornais como grupo violento, em 2006, quando a agência da câmara comunica:

[...] cerca de 300 manifestantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) invadiram há pouco as dependências da Câmara e estão neste momento no salão verde. Depois de virarem um automóvel Uno no estacionamento do anexo II, os manifestantes quebraram a parte do vidro do anexo e entraram na Câmara destruindo vários equipamentos, como os postos informatizados de atendimento ao público, a exposição da EcoCâmara e a porta de vidro da Taquigrafia. Houve início de pânico entre os servidores e visitantes que estavam no local.

Os sem-terra pedem revogação de Medida Provisória que limita a reforma agrária: “O líder do Movimento pela Libertação dos Sem Terra (MLST) Marco Praxedes, disse há pouco que os manifestantes que neste momento ocupam a Câmara querem a revogação da MP 2167, editada ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso”. A medida estabelece que toda propriedade ocupada fica impedida de ser vistoriada para a reforma agrária. Segundo Praxedes, o movimento exige também a liberação de recursos do Orçamento para a reforma agrária que estão retidos.

O líder afirmou que os protestos na Câmara, que começaram com um quebra-quebra, têm a participação de 1.300 pessoas. Os manifestantes invadem o salão Verde e reivindicam que seja formada uma comissão de parlamentares para negociar com o movimento.

O terror deixado com essa invasão foi sucedido por vários outros episódios marcados pela barbárie e total desrespeito às instituições políticas do país. Tal é o empenho do MST em enfatizar suas reivindicações que seus integrantes não hesitam em violar o Código Penal em vários artigos, invadindo repartições públicas e impedindo-as de funcionar, mantendo servidores do Estado em cárcere privado, danificando bens públicos e propriedades particulares. Como considera ilegítimo o Estado, o MST desconsidera suas leis.

Os pobres, que, na ausência de alternativas, seguem a bandeira do MST, querem um pedaço de chão. Todavia, as lideranças encaram a luta pela terra apenas como um instrumento político para atingir uma nova sociedade. Resta-nos agora a pergunta: a luta camponesa do MST, legitimada por atos violentos, estaria fadada a instalar-se como mais um grupo terrorista na América Latina? O que mais devemos esperar desse Movimento?

Terrorism and social movements in Latin América: Sendero Luminoso and the Brazil Landless Workers Movement (MST)

Abstract

The article argues that the influence of terrorist ideas into the rural struggle movement has to be understood in its three different approaches: the political, the revolutionary and the international. With this approaches in mind, the article analyses the different roles of the participants of these movements in latin American, centering focus in two of the most known of them: Sendero Luminoso, in Peru, and Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Brazil Landless Workers Movement), in Brazil. Considering the legitimacy of those struggles, the article discusses the danger that the movements could represent to democracy.

Keywords: Terrorism. Rural struggle movement. Brazil Landless Workers Movement (MST). Sendero Luminoso.

Referências

AMAYO, Henrique (Org.). *Sendero Luminoso*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 2004. v. 2.

CARR, Celeb. *A assustadora história do terror*. São Paulo: Ediouro, 2002.

CRETELLA NETO, José. *Terrorismo internacional: inimigo sem rosto – combatentes sem pátria*. Campinas: Millennium, 2008.

MONTOYA, Rodrigues. Esquerda unida e Sendero Luminoso: potencialidades e limites. In: MONTOYA, Henrique (Org.). *Sendero Luminoso*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

MOVIMENTO dos trabalhadores rurais sem terra. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/movimento_dos_Sem_Terra>. Acesso em: 18 nov. 2008.

O MOVIMENTO dos sem prestígio. *Veja*, São Paulo, ano 42, n. 51, p. 80-81, 23 dez. 2009.

